

A ATUAÇÃO DO JUIZ JOSÉ CANDIDO DE MELLO MATTOS E A PEDAGOGIA ASSISTENCIAL NA CRIAÇÃO DO PRIMEIRO JUÍZO PRIVATIVO DE MENORES DO RIO DE JANEIRO (1924-1934).

Prof.^a Dr.^a Sônia Camara

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel (Fidel)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NIPHEI

soniacamara@uol.com.br

fidelrangel@uol.com.br

Introdução

O século XX dava os seus primeiros sinais, quando Lopes Trovão, em 1902; João Chaves, em 1912; Alcindo Guanabara, em 1906 e 1917 plasmaram esforços objetivando compor a elaboração de um ordenamento jurídico com relação ao Direito da Criança. As propostas elaboradas por esses legisladores constituíram-se como as primeiras contribuições em direção à configuração de uma legislação destinada à criança. Embora relegadas ao arquivamento pelas comissões legislativas da Câmara de Deputados e do Senado, a que foram submetidas, as ideias permaneceram no cerne das discussões e debates organizados nos meios acadêmicos e científicos das décadas de 1910 e 1920.

O cenário nacional, principalmente das grandes cidades, eivadas por mazelas sociais envolvendo casos associados às crianças contribuía, sobremaneira, para a urgência em se compor projetos nesse campo. Acionados pelo crescimento da pobreza, da criminalidade e do medo, esses projetos expressavam a premência em se designar e estabelecer legislações que expressassem e provocassem efeitos sobre a situação da infância. No corpo das discussões em pauta, a ausência do Estado na direção das medidas voltadas para o tratamento desse problema social, assumia ampla repercussão entre os setores engajados nessa causa. A presença do ex-delegado de polícia do Distrito Federal, Alfredo Pinto na pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na gestão do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), foi um fator político significativo para a materialização dessas reivindicações. A implementação de um movimento embrionário em direção à composição do Código de Menores de 1927, bem como para o convite formulado ao ex-deputado, Professor, Advogado e Criminalista, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos para formular uma proposta de substitutivo ao projeto anterior apresentado por Alcindo Guanabara, se deu nesse contexto (Carneiro, p. 185-186).

O projeto de autoria de Mello Mattos foi submetido a uma comissão, composta pelos Professores Carvalho Mourão e Esmeraldino Bandeira, pelo Juiz Alfredo Russel, Pretor Edgar Costa, Advogados Astholpho Rezende, Evaristo de Moraes, Baltazar da Silveira; pelo Médico Moncorvo Filho, pelo Deputado Federal Deodato Maia e pelo Diretor da Escola Quinze de Novembro, Franco Vaz. Sancionado após a adoção de emendas pela comissão, o substitutivo previa em sua organização a criação de instituições e de aparatos legais no âmbito da proteção, da assistência e da regeneração do menor. O decreto número 16.272 de 20 de dezembro de 1923, autorizou, assim, o governo a organizar o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente estabelecendo, também, a criação do Juízo de Direito Privativo de Menores, do Abrigo para recolhimento dos “menores” e de outros dispositivos complementares. Por intermédio de aparatos, incorporados ao projeto, instituíram-se um corpo de regras e procedimentos que, aplicados, constituíram-se nos primeiros passos em direção à afirmação de uma legislação geral de proteção à infância tendo como canteiro de implementação a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.¹

Para efeito dessa comunicação interessa-nos menos os debates políticos travados no Senado e na Câmara dos Deputados, ou ainda as negociações e enfrentamentos que, de certo, estas questões causaram na cena política nacional. Interessa-nos entender a tessitura elaborada e tramada pela intelectualidade envolvida com esse debate naquilo que foi dado a ver pela imprensa da época. Particular interesse desperta as tomadas de posição empreendidas pelo relator da proposta, Mello Mattos, especialmente, após assumir o cargo de primeiro Juiz de Menores da Capital.

A análise dos jornais de época nos permitem identificar que as ideias e as ações propostas, a partir dos debates que culminaram com a promulgação do Código de Menores, encontravam-se em consonância com as discussões realizados no Brasil e em diferentes países da Europa e das Américas. Assim, o trabalho de sistematização, de leitura e de problematização das matérias publicadas em jornais de época, como: *O Paiz*, *Vanguarda*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *O Imparcial*, *Jornal do Commercio*, *A Cruz*, entre outros, possibilitam compor uma interpretação acerca do papel assumido pela imprensa na produção de representações das infâncias, do juiz, bem como das ações tutelares e educativas implementadas pelo Estado durante a década de 1920.

As fontes documentais, as quais está comunicação busca enfatizar são constituídas por catorze álbuns de recortes de jornais do antigo Juízo Privativo de Menores. As matérias selecionadas na composição dos álbuns trazem como balizas temporais: julho de 1918 a maio de

¹ Para o aprofundamento desse debate, conferir o trabalho de Camara (2010).

1957. Organizados pelo primeiro Juízo Privativo de Menores do País, os álbuns reúnem 2.076 recortes distribuídos por cerca de vinte órgãos de imprensa. Entre as temáticas tratadas pelas matérias é possível identificar, entre outros aspectos, a situação da infância pobre na cidade, os debates e os embates intelectuais acerca do tema, as iniciativas adotadas pelo Juízo em “prol da infância” delinquente, abandonada e pobre, as instituições criadas, as entrevistas com o Juiz.

A demarcação de 1918, do álbum de número 1, aparece de maneira pontual com a presença de uma única matéria publicada pelo jornal português, *A Época*, datado de 03 de junho, sob o título “Uma grande deferência ao Brasil – o convite feito ao senhor dr. Mello Mattos”. Com apenas seis linhas, a notícia da conta de informar o convite feito ao advogado brasileiro que se encontrava em Portugal para colaborar na elaboração do projeto das escolas correcionais daquele país. Parece-me que a presença dessa notícia, fixada na parte superior direita do livro, logo após uma sucessão de cinco materiais referentes a atuação de Mello Mattos no Instituto Benjamin Constant, pode indiciar a preocupação em se registrar o envolvimento e as ações enfeixadas pelo futuro Juiz, quando ainda atuava como diretor do Instituto Benjamin Constant e como redator do projeto em discussão na Câmara e no Senado brasileiro.

Vale destacar, todavia que, o recorte de jornal que abre o livro é uma fotografia de Nossa Senhora da Criança, produzida e publicada pelo *O Jornal*. A fotografia registrava a entronização da imagem da Santa na Casa Maternal Mello Mattos, instituição criada pelo Juiz, em 1924. Procurando articular esses e outros fios que vão surgindo do trabalho é possível indicar que a análise mais geral do material abre variadas frentes de pesquisa no que se refere a compreensão das instâncias de atendimento à infância na cidade e, para além dela, bem como dos debates, das estratégias e das tensões que envolveram a produção e elaboração do Código.² Em sua organização inicial não é possível identificar a autoria dos álbuns, no entanto pela presença de matérias que antecedem a criação do Juízo (1918), trabalhamos com a hipótese que a ideia de sua organização tenha iniciado com o Juiz ou sua esposa Dona Francisca Mello Mattos e permanecido, após a sua morte, em 1934, por funcionários do Juízo. Aspecto que ajudaria a explicar a sua abrangência (1918-1957).

Estaremos, então, trabalhando com a ideia de que a composição dos álbuns de jornais podem trazer indícios significativos acerca do movimento instituído pelo juiz no sentido de captar os efeitos de sua atuação. Nesse sentido, acreditamos que o material possa não somente trazer indicações sobre a sua preocupação em manter-se informado quanto aos debates e repercussões das ações implementadas na cidade, constituindo-se num aspecto importante para redimensionar

² Atualmente o grupo de pesquisa que coordeno vem se dedicando na produção do inventário desse material, bem como da análise minuciosa das matérias reunidas nos álbuns. Todo o material já foi digitado e sistematizado pela equipe de pesquisa.

suas estratégias de ação, mas também como intenção de construir uma “memória” acerca das iniciativas empreendidas à frente do Juízo. Nas duas direções, a iniciativa surtiu efeito. A análise do material permite acompanhar diversas respostas produzidas pelo juiz às críticas recebidas por jornais que se colocavam acéticos as medidas encampadas pelo Juízo; por outro o material permite de maneira significativa trazer à luz aspectos referentes aos debates e as iniciativas enfeixadas durante a sua magistratura, bem como as iniciativas implementadas na remodelação dos serviços de assistência aos “menores” abandonados e delinquentes nas primeiras décadas republicanas.

Para o interesse dessa comunicação pretendemos priorizar as matérias que circularam no período de efervescência dos debates acerca do Código de Menores (1926-1927). Nesta perspectiva interpretativa, esta comunicação tem como objetivo mapear os debates que circularam pelos jornais cariocas, em torno da produção de representações de infância(s) durante a década de 1920, em particular das discussões relacionadas a elaboração e a implantação do Código de Menores, nos anos anteriores a sua promulgação em 1927. Com esse intuito procuraremos captar a atuação e as redes de sociabilidades tecidas pelos intelectuais que, a exemplo de Mello Mattos mobilizaram-se em nome da proteção e da salvaguarda da infância fazendo da imprensa, da época, um veículo privilegiado de circulação de ideias.

A construção da legitimidade: Como os jornais anunciam a questão?

Acaba de ser nomeado, em virtude da reforma judiciária, agora posta em execução o Dr. José Candido de Albuquerque Mello Mattos.

A individualidade agora nomeada para a magistratura local é uma daquelas que se impõem à admiração de seus compatriotas, pelos seus altos dotes de espírito e de coração.

Desde cedo o Dr. Mello Mattos ingressou na magistratura. Mal terminara o seu curso jurídico, foi nomeado promotor público da comarca de Queluz, Minas Gerais. Ali pouco se demorou. Era em breve nomeado para idêntico lugar na Capital da República.

O Rio era um campo vasto para o jovem magistrado se expandir. Dotado de um talento superior, de uma solida cultura, com o espírito cheio de entusiasmo, apaixonou-se pela vida agitada do foro, pelo brilho da política (Gazeta de Notícias, 03/02/1924).

Reconhecido por sua atuação no campo do Direito e por suas iniciativas em defesa da infância, bem como pelas relações políticas enfeixadas, Mello Mattos assumiu, a 02 de fevereiro de 1924, o cargo de primeiro Juiz de Menores do Distrito Federal e, por conseguinte, do Brasil. A matéria publicada pelo jornal *A Gazeta*³, no dia de sua nomeação, enfatiza as características

³ Outros jornais também seguiram essa orientação, como O Paiz, o Jornal do Brasil.

exemplares personificadas na figura do eleito para assumir o lugar de Primeiro Juiz. Com o subtítulo *Uma acertada escolha do governo*, o jornal apresenta à população carioca, leitora do vespertino, uma biografia que abarcava sua atuação como Juiz de Direito, advogado criminal, do político, do professor e benemérito da infância. Nesse sentido, a sua autoridade e competência advinha da trajetória construída a partir da articulação dos conhecimentos teóricos, advindo dos estudos realizados, e da prática forjada no exercício do Direito e da docência. É interessante observar, que as qualidades reunidas por Mello Mattos não foram elementos suficientes para a aprovação do seu projeto no Senado, sendo necessário uma atuação política orgânica junto aos senadores, simpáticos à questão, entre eles, Mendonça Martins, Silvério Nery, Pereira Lobo, Euzébio de Andrade, Eurípedes de Aguiar. A partir dessa composição o projeto que, com base no Decreto de 1923, ampliava o campo de atuação dos órgãos já constituídos, criando instituições disciplinares destinadas ao atendimento dos menores delinquentes e abandonados foi aprovado (O Paiz, 09/07/1925).

Às qualidades enaltecidas pela imprensa foram associadas as que Mello Mattos defendia como essenciais ao juiz. Este deveria ter uma formação dotada, não somente de conhecimentos jurídicos, mas também, psicológicos, psiquiátricos, pedagógicos e sociológicos. Assim, a justiça que se pretendia corporificar na cidade com a criação do Juízo e suas instituições complementares envolvia a intenção em promover a intervenção no social através de um esforço, não só, em demarcar a infância como território de sua competência, mas também como forma de normalizar as relações sociais por intermédio de medidas protetoras, preservativas e regeneradoras. Deste modo, o Juízo Privativo de Menores foi organizado como órgão centralizador na elaboração de iniciativas de intervenção, controle disciplinar e normatizador dos assuntos atinentes à infância.

Partindo desta compreensão, Mello Mattos asseverava que a justiça para as crianças não poderia ser feita só de direitos, mas também de caridade, indulgência e bondade, uma vez que, era imperioso suprir as suas carências fundamentais. Ao firmar o caráter de caridade às práticas implementadas, o que ocorreu foi a transmutação do que deveria caracterizar-se como Direito da Criança em favor. Deste modo, as ações empreendidas pelo Juiz Mello Mattos investiram-se fortemente de um caráter assistencial a ponto de ser denominado como “o pai das crianças pobres” (Revista da Semana, 18/12/1926). Imbuindo-se desta missão e tendo como bordão de sua judicatura, a máxima cristã, *Deixai virem a mim as criancinhas* (Revista da Semana, 18/12/1926), o Juiz Mello Mattos personalizou as iniciativas no campo da proteção e assistência à infância, constituindo-se, a partir de então, como referência e padrão a ser seguido pela justiça privativa de “menores”. Neste particular, a criação da imagem de Mello Mattos como “pai”, “protetor” e

“guardião” da infância, personagem-símbolo⁴ da proteção e assistência à infância, constituiu-se, em minha compreensão como parte do processo de legitimação das ações intervencionistas por parte do Estado.

Com matéria intitulada, *O que vai pelo Juízo de Menores*, o *Jornal A Esquerda* de 11 de agosto de 1927, procurou descrever a rotina de um dia de trabalhos do Juízo, demonstrando a movimentação de pessoas que desfilavam diante do Juiz com as mais diferentes reivindicações. Estas se desdobravam em pedidos de providência, de conselhos, de emprego, de remédio, de esmola, bem como na apresentação de queixas, pedidos de esclarecimentos de dúvidas e de internação, na expectativa de facultar ao filho o acesso às primeiras letras e à aprendizagem de um ofício ou, ainda, na falta de condições de mantê-los sob sua guarda. Ademais, as crianças abandonadas, delinquentes e órfãos que chegavam ao Juízo era preciso atender, também, as que, em função das dificuldades dos pais em educar, cuidar e disciplinar, solicitavam internação. Além da demanda diária do Juízo, com sua dinâmica de audiências, despachos e processos, o Juiz realizava um movimento de exteriorização do Juízo, através das ações desenvolvidas nas diligências, visitas e fiscalizações realizadas.

Atuando em várias frentes, visitando favelas, hospitais, organizando diligências, fiscalizando as instituições de atendimento as crianças e as fábricas, “capturando” “menores”, comunicando suas ideias e intenções pela imprensa, divulgando os procedimentos com relação às denúncias de maus tratos, violências e abandono, encabeçando campanhas para arrecadar recursos para criar instituições, o Juiz Mello Mattos buscou reafirmar o seu poder e competência na tutela da infância. Neste processo, alargou-se também a atuação do Juiz sobre as famílias pobres num esforço preventivo que visava “cercar” o corpo delituoso ou em risco de “vir a ser”. Com a implementação destas práticas na cidade, Mello Mattos procurou demonstrar que sua atuação pautava-se pela proteção da causa da infância. Ilustrativa desta intenção foi à imagem publicada na *Revista da Semana*. Com título *O pai das crianças pobres*, a imagem suscita a ideia da proteção e do amparo como tônicas presentes na ação do Juiz.

Com a materialização das medidas de assistência e proteção encaminhadas, a partir de 1923⁵, objetivou-se redimensionar o poder do Estado com relação às famílias, estabelecendo a prevalência do juiz na salvaguarda, especialmente das crianças da primeira idade. Neste processo,

⁴ Quanto à noção de personagem-símbolo, cf. FREIRE, Américo, op. cit., p.121-122.

Neste movimento de criação da personagem-símbolo, a imprensa assumiu um papel fundamental tendo em vista a sua importância na produção de *bens simbólicos identificados com o projeto civilizador do poder central*. Ibidem, p. 119.

⁵ Pelo Decreto 4.793, de 1924 ratificaram-se os dois decretos anteriores, passando estes a adquirirem força legal. Ainda em 1924, foram sancionados os Decretos 16.388, que criou o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, como órgão complementar de assistência social, e o Decreto 16.444, que regulamentou o Abrigo Provisório de Menores. Todos os projetos apresentados a partir de 1921 estiveram sob a redação de Mello Mattos. Carvalho, Francisco Pereira. *Reforma do Código de Menores*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970, p. 8.

ocorreu a mudança do eixo de ação do castigo identificado como forma de punir as crianças desviadas, abandonadas e criminosas, para a noção de preservação, cuidado e recuperação do menor. Novos critérios foram acionados a partir dos quais se conceberam a criação de espaços educativos associados à lógica de preservação e de regeneração.

Ao Estado cabia o papel de guardião e protetor das crianças. No entanto, observava-se, em muitos casos denunciados pelos jornais, a existência, no interior das instituições de preservação e de regeneração das crianças apreendidas às práticas de castigos, de violências e de maus tratos envolvendo “menores”. Se, os regulamentos dos institutos, bem como o Código de Menores previa-se o alinhamento dos estabelecimentos ao que havia de mais moderno na organização das escolas de preservação e de reforma nos países civilizados, no funcionamento das instituições, o que vigorava era uma outra lógica que se firmava, fundamentalmente, pelo imprevisto, precariedade, violência e descaso com a educação dos “menores”. Permaneciam as práticas de punição e castigo, onde o corpo era visto como ponto de aplicação, peça essencial no cerimonial de penalização pela “falta” cometida. Sobre o corpo é que o ato de justiça deveria tornar-se legível para todos. Nesse movimento, exortava-se o direito de punir e o castigo como forma de “purificar” o sujeito da falta cometida (Foucault, 1993, p. 35-41).

Pela imprensa denúncias foram publicizadas expondo o caráter preservativo das medidas encaminhadas pelo Juízo. Quanto às práticas de castigos e de violências nos institutos disciplinares, observava-se ações de resistência forjadas pelos “menores”. Estas se expressavam em fugas, insubordinações e indisciplinas. Embora o Código de Menores negasse a sua aplicação, estas foram perpetradas em diversos institutos disciplinares ligados ao Juízo. Na esteira das denúncias noticiadas pela imprensa, os episódios envolvendo a Escola João Luiz Alves e o Abrigo de Menores assumiram ampla repercussão, exigindo do Juiz, medidas exemplares na investigação.

No caso da Escola de Reforma João Luiz Alves, as denúncias referiam-se aos castigos realizadas pelo diretor do Estabelecimento, o Doutor Mário Dias que adotava à palmatória em seus “alunos” como medida corretiva. Quanto ao uso da palmatória nos internos, este alegou que o seu uso visava inculcar nos “menores” o receio em cometer atos considerados de indisciplina e de resistência escolar. De posse da denúncia, o Juiz procedeu à abertura de inquérito, chamando os internos, vítimas dos castigados e os que foram testemunhas das ações sofridas para deporem (O Jornal, 10/04/1927). Diante da confirmação das denúncias, o Presidente da República Washington Luís exonerou o Doutor Mário Dias do cargo de Diretor.

A ação empreendida visava dar mostras da imediata atuação do Juízo na apuração dos fatos, bem como da mais rápida punição dos culpados. Aspecto como este denegria a imagem construída acerca das medidas que vinham sendo colocadas em curso no Distrito Federal, podendo, inclusive comprometer a promulgação definitiva do Código que estava sendo votado no

Senado. Neste sentido, era importante reforçar o caráter “firme” e “imparcial” da Justiça, no encaminhamento da questão (A Noite, 26/04/1927). É importante observar, ainda, que em todos os casos analisados, a figura do Juiz aparecia preservada de qualquer crítica, sendo elogiada a postura investigativa e “imparcial” apresentada. Um mês após as denúncias de castigos, realizados na Escola João Luís Alves, vieram à tona alguns casos envolvendo o Abrigo de Menores, dirigido pelo Doutor Raul Leite que foi suspenso de suas funções pelo Ministro da Justiça.

É a esse magistrado que inúmeras criancinhas outrora atiradas a criminoso abandono devem hoje o abrigo e o zelo que lhes são dispensados. Graças a sua ação humanitária e enérgica, aqueles entesinhos que há largos passos marchavam para o abismo do crime, no qual fatalmente se precipitariam, estão salvos e serão criaturas úteis à pátria. Agora mesmo tendo ordenado a abertura de rigoroso inquérito sobre o espancamento de dois menores recolhidos no Abrigo de Menores, a Rua Francisco Eugênio, o aludido magistrado terminou por apurar a responsabilidade criminal de alguns funcionários daquele estabelecimento, funcionários que imediatamente foram demitidos, sendo que o respectivo diretor foi suspenso por trinta dias.

Bem, se vê, portanto, que a atitude do Doutor Mello Mattos, em favor das criancinhas que lhes são confiadas, é verdadeiramente irrepreensível (O Brasil, 19/05/1927).

Além das denúncias de castigos, o Abrigo de Menores, criado como instância intermediária do Juízo, vinha sendo alvo de críticas da imprensa que, em observância ao que determinava o Código de Menores, chamava atenção para as formas como a instituição funcionava. Segundo *O Jornal*, o que se tinha no Abrigo era um triste, vergonhoso e reprovável espetáculo, onde “menores” inocentes eram condenadas a viver na mais completa “comunhão” com “menores” viciosos e delinquentes, transformando-se numa escola de corrupção. Com superlotação, encontravam-se os “menores”, ali internados, sujos, mal vestidos, rotos, descalços, mal alimentados e sem camas para dormirem. Nesta situação, muitas crianças eram obrigadas a dormirem no chão, expostas à umidade, poeiras e “[...] a emanações do assoalho imundo, que raramente era varrido. O Diretor [...] apertado pela falta de lugares nos dormitórios, chegou a permitir que dois e três menores dormissem no mesmo leito, imoralidade que cessou devido à intervenção do Juiz [...]” (O Jornal, 12/05/1927).

A aprovação do Código de Menores representou, enfim, a possibilidade de se firmarem as leis de assistência e proteção à infância, consolidando e prescrevendo medidas premonitórias, pedagógicas e normatizadoras, todavia era preciso assegurar a observância dos direitos a que as crianças passavam a ter. Nesse sentido, o código buscou asseverar a importância das instâncias legais de intervenção sobre a infância pobre, delimitando o terreno de atuação jurídica e assistencial, bem como as competências dos órgãos e instituições na ordenação das relações sociais. Implementaram-se, assim, novas práticas sociais que assentes sobre princípios

moralizantes, pedagógicos, higiênicos e regeneradores visavam estabelecer um movimento de intervenção tutelar sobre a infância.

O Código de Menores ocupar-se-á da Assistência e proteção destes, desde o nascimento até a maioridade, habilitando a autoridade pública a acompanhá-los em todas as fases do seu desenvolvimento e educação, amparando-os nas dificuldades da vida acudindo aos maltratados, preservando dos maus contágios os inocentes, arrancando os pervertidos dos vícios e dos crimes (O Paiz, 09/07/1925).

Paralelamente aos embates produzidos no Senado, pela aprovação da Lei, jornalistas, juristas e médicos realizavam campanhas e congressos em prol da causa da infância. Nesses eventos, firmaram, entre as suas disposições, a importância em se organizar uma legislação de assistência e proteção à infância para o país. Exemplares nesta direção, foram o Primeiro Congresso Brasileiro de Assistência e Proteção à Infância e o Congresso Jurídico Comemorativo da Independência do Brasil, ambos realizados por ocasião dos festejos comemorativos do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, em 1922. Por outro lado, cotidianamente, os jornais noticiavam casos de abandono, de exploração e de maus tratos envolvendo os “deserdados da sorte” que perambulavam errantes pela cidade, bem como da urgência em se urdir uma legislação protetora para a infância.

A esse respeito, observam-se, nos periódicos em circulação destaque especial para as situações envolvendo a infância considerada deserdada da sorte, particularmente para a que se encontrava em situação de abandono. Procurando compreender seus comportamentos, lançaram explicações acerca do seu devir, de seu lugar na sociedade, instituindo os referenciais mediante os quais as representações acerca da infância marginal encontravam-se associadas ao desenvolvimento e alterações das normas e valores das sociedades burguesas (Faria Filho; Veiga, 1999, p. 33).

O que considero importante afirmar, é que na composição do mosaico social em que estiveram entrelaçadas diferentes concepções de infância, a imprensa teve um papel fundamental na produção de determinadas representações de infância, bem como na socialização do “terror”, como aspectos, a partir dos quais, práticas discricionárias foram justificadas em prol de um projeto civilizador para o país. Publicações, invariavelmente, davam conta da insatisfação da população com os comportamentos indesejáveis das crianças que proferindo palavrões e apedrejando pessoas, reuniam-se nas vias públicas, promovendo desordens à moralidade das famílias, como também provocando prejuízos aos interesses privados.

Assim, as ocorrências envolvendo crianças, povoavam o imaginário da época reforçando a ideia de que era preciso reprimir os maus exemplos, o abandono e a exploração, expressas pela indústria da esmola e pelo *caftismo* disfarçado a que estavam expostas e subordinadas as crianças. Nesta direção, o caso do menino de oito anos de idade que, acometido de uma grave deformidade,

era levado a esmolar frequentemente em companhia de uma mulher que o tomara para criar quando órfão de mãe e abandonado pelo pai, transformando-o em “fonte de renda, [...] pelo horror que causava o seu aspecto”, é indicador do caráter de denuncia promovido pela imprensa, mas permite também captar as artimanhas de que os setores populares lançavam mão na luta subterrânea pela sobrevivência (Diário Carioca, 22/05/1929).

Nada mais pavorosa do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes sujeitas a todas as passividades. Essa criançada parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala. Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vário, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores (Rio, 1995, p. 131).

O clima político, municiado pelas condições em que se encontrava a infância, como também, pelos conflitos sociais e crise econômica do país, davam mostras da importância e da emergência que as questões em torno das medidas de proteção e assistência à infância assumiam, como é demonstrativo o fragmento extraído da *Revista ABC* de 16 de agosto de 1924, quando afirma que:

Urgia legislar de acordo com os modernos criminalistas e sociólogos. Era tempo de instituir uma jurisdição nova e racional para a infância abandonada e delinquente excluindo do Direito judiciário das tramas do nosso obsoleto Código Penal para um regime de proteção e reforma moral (*Revista ABC*, 16/08/1924).

Como veículo de circulação e de promoção dos ideais civilizatórios, a imprensa assumiu, por um lado, o papel de “agente produtor de bens simbólicos” (Freire, 2003) e pedagógico, uma vez que possibilitou promover e fazer circular os debates acerca da legislação e da produção dos estereótipos das infâncias; por outro atuou como “porta voz” dos discursos voltados para a sua “salvaguarda”. Deste ponto de vista, o problema da infância constituiu-se como urgente e, portanto, como pedra fundamental de um projeto de modernização do país.

A análise dos jornais selecionados, indicam-me a existência de tendências que se esboçavam, em minha compreensão, em pelo menos três direções: a primeira relativa a um caráter crítico presente no pensamento jurídico, da época. Esta crítica se direcionava a um amplo leque de questões que se materializavam nas precárias condições das instituições de atendimento à

infância existente no Brasil, aos malefícios causados pelas prisões comuns à infância, às leis penais em vigor, a exemplo do Código Criminal de 1890. A segunda direção referia-se à compreensão de que a saída para o problema existente encontrava-se assentada na organização de legislações especiais para a infância e na promoção e tutela do Estado na proteção e assistência à infância como elemento de progresso do país. Com este propósito defendia-se a atuação dos setores públicos e privados em prol da causa da infância e em nome do bem estar social. Por fim, a terceira direção indiciava a importância atribuída pelo campo jurídico à educação e ao trabalho como elementos capazes de realizar a regeneração, preservação e proteção à infância.

Quanto ao trabalho com os recortes de jornais, poderia dizer que este se desenvolveu em dois momentos complementares. Num primeiro, a leitura do material permitiu identificar possíveis “nichos” argumentativos que os recortes de jornais remetiam. Deste movimento, identificamos três vertentes a que os jornais faziam ver. A primeira relativa às diversas e sistemáticas investidas do Juízo na cidade numa demonstração da atuação e engajamento do Juiz na resolução dos problemas, permitindo perceber também os enfrentamentos e resistências esboçadas por setores da sociedade com relação às medidas implementadas; a segunda referente aos casos envolvendo abandono, maus tratos, delinquência e vadiagem das crianças, investigadas ou denunciadas pela imprensa e a terceira os debates travados acerca de uma legislação para a infância.

É preciso que o estado institua e organize obras de assistência, de previdência e de beneficência sociais, destinadas a zelarem os interesses materiais e morais da população.

Em todos os países cultos de uns trinta anos numerosas obras têm sido feitas com o intuito de socorrer as partes fracas da sociedade, leis tendentes a diminuir a miséria humana, imbuídas de espírito cristão.

[...]

Obedece a tão elevada e salutar ordem de desígnios a fundação do Juízo de menores, cuja missão é exatamente a assistência, proteção, defesa, vigilância, educação dos menores abandonados, material ou moralmente, martirizados, vadios, vagabundos, mendigos, viciosos e delinquentes, de ambos os sexos até a idade de 16 anos (Jornal do Brasil, 12/02/1924).

No contexto dos debates pela sua aprovação o crescimento dos índices de criminalidade, de abandono e de exploração a que estavam expostas às crianças, apareciam como elementos capazes de justificar a adoção das ações judiciais e tutelares por parte do Estado brasileiro. Nesse cenário, proliferaram discursos “aguerridos” em nome da cruzada protetora da infância. Assim, entendemos que o Código de Menores não deve ser compreendido como produto, *strito sensu*, dos debates encampados pelo campo jurídico. A sua produção evidencia o predomínio desse campo de saber na direção do processo de composição das legislações, sem deixar de esboçar a

confluência de propostas e intensões que estiveram inscritas e associadas aos movimentos empenhados em defesa de uma legislação para a infância.

Deste modo, o Código de Menores constituiu-se como documento síntese das idéias e lutas políticas que se realizaram no interior do campo jurídico e fora dele. As concepções professadas, ao assumirem estatuto de lei foram içadas ao *status* de legítimas e legais, configurando-se como expressão das aspirações de médicos, jornalistas e juristas envolvidos com a causa da infância pobre.

O Código de Menores como mensageiro de relações Sociais

Em nome da manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias de intervenção e controle serão firmadas. Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. A filantropia estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil (Rizzini, 2002, p. 38).

O critério que balizava a realização da lei encontrava-se fundado na sua proposição de conformar os sujeitos ao fim que a lei se propunha, fosse pelas inclusões e ou exclusões construídas. Firmando-se como uma legislação basilar, o Código procurou instituir uma organização específica para a proteção à criança. Além de um abrangente sistema de normalização das ações a serem encaminhadas pela justiça, designou os mecanismos que o Estado lançaria mão para tecer uma rede de assistência de caráter preventivo, punitivo e tutelar, corporificada pela ideia de criação de um movimento de regeneração da criança. Neste particular, o Código de Menores pode ser compreendido como um regulador das relações sociais.

A configuração do Código de Menores que, sustentado numa compreensão da lei como dispositivo capaz de assegurar a funcionalidade das relações sociais em nome da manutenção da ordem e do bem estar, estruturou-se no contexto de ações reafirmadoras de um projeto de nação e como dispositivo, ao qual acionado visava contribuir para a “integração” da criança. Ao fixar os critérios de judicialização da infância, o Código de Menores pretendeu prescrever e sistematizar os aspectos fundamentais de toda uma compreensão sobre o caráter que deveria assumir a lei.

O título de Código de Menores, para a legislação, expressava a intenção de seu elaborador, no sentido de criar uma lei que unificasse todas as disposições legislativas e regulamentares com relação aos menores. Entre os princípios centrais deste esforço condensador, firmou-se a abolição

da tese do discernimento como base de julgamento; a regulamentação do trabalho da criança; a modificação do pátrio poder; a primazia do Estado como instância legítima na proteção e guarda da infância; a preponderância do Juiz de Menores, como autoridade competente e autorizada; a extinção da pena; a supressão da prisão e sua substituição por institutos disciplinares, bem como a concessão da liberdade vigiada. Concebidas como medidas de segurança e proteção, tais iniciativas visavam suplantar o sentido penal revestindo-se de caráter pedagógico e tutelar (Mattos *apud* Mineiro, 1929, p. VIII).

A assistência pública proposta pelo Código, como esclarece Mello Mattos, distanciava-se do exercício da caridade ou da virtude privada, associada às associações religiosas ou leigas. Firmava-se, então, o predomínio do Estado, mediante a organização administrativa determinada por lei, sem, no entanto, dispensar o papel da beneficência privada como auxiliar ao processo. Portanto, além de se prestar auxílio e proteção legal à criança dever-se-iam criar instrumentos capazes de intervir, por meio das medidas preventivas e corretivas, na regeneração das crianças em nome dos interesses da nação. Ao objetivar tecer os argumentos racionais e científicos que alicerçavam o Código e afirmavam a sua premência, o Juiz Mello Mattos traçou uma cartografia minuciosa sobre o problema e as causas principais que contribuía para o abandono e a delinqüência, indicando, assim, as terapêuticas para tratar, preparar, instruir e educar a criança (Mattos *apud* Mineiro, 1929, p. IV).

Os fatores predominantes são: a desorganização da família, ou irregularmente constituída, ou tarada pela enfermidade e pelo vício, ou torturada pela miséria, ou aviltada pela imoralidade, ou premiada pelas exigências do industrialismo que afasta os pais do lar para a oficina, deixando os filhos sem fiscalização, entregues à vadiagem e aos perigos da rua; a falta o insuficiência da instução elementar, a vadiagem, as ocupações exercidas na via pública, como a venda de jornais, bilhetes de loterias, doces, etc..., a de engraxadores, e outras que nos países mais adiantados são proibidas aos menores de 16 anos e que também deviam sê-lo nesta cidade, porque a experiência tem demonstrado que a rua é um dos meios mais corruptores da criança (Mattos, 1924).

No movimento de localização e definição da infância a ser interditado, o Código de Menores associou os elementos que permitiam promover a identificação e a produção de um estereótipo de infância minorizada abandonada ou delinqüente. Buscando demarcar o campo de competência das leis de assistência, o Código firmou as distinções entre as regras ordinárias, concernentes à instrução e ao modo de proceder das partes envolvidas, prescrito na forma ritualística e solene do processo e, por outro lado, as regras decisórias que se fundaram como base para as deliberações quanto aos litígios envolvendo as crianças. Os atos ordinários referiam-se às formalidades do processo, já os atos decisórios compreendiam os aspectos que influíam na

decisão, ou seja, as concepções que alicerçavam as compreensões e as decisões proferidas como “fiel da balança” nos julgamentos e vereditos realizados (Mineiro, 1929, p. 27-28).

Para além de sua composição formal, a lei comportava intenções. Isto implica concebê-la, não apenas, como mero formalismo de artigos e alíneas prescritivas, mas sim como expressão de ideias que se firmaram como estatuto de poder impositivo nas pessoas. A compreensão da lei, a partir dos dispositivos de forma e de fundo que lhe compõem, constitui-se da maior importância, tendo em vista as possibilidades que esta análise enlaça na articulação entre os conteúdos manifestos e latentes da lei, sem deixar de considerar, por outro lado, as dimensões que a transcendem.

Neste movimento, é importante entender o Código de Menores não apenas como uma fonte de ideias e representações quanto à infância abandonada e delinqüente, mas como um mensageiro de relações sociais. A partir dos dispositivos acionados e implementados com a sua materialização, enquanto texto legal e legítimo, tencionou-se formalizar e ordenar práticas direcionadas às crianças, às famílias e às instituições de assistência e proteção à infância. Este movimento envolveu um esforço concentrado de ingerência sobre as instâncias públicas e privadas no tratamento e na regulação da criança e de suas relações sociais. Para este esforço legitimador da lei - junto aos sujeitos a que se pretendia representar - era preciso comunicar seus sentidos, divulgando seus pertencimentos, seus deveres e seus direitos. A palavra impressa e autorizada da lei para assumir legitimidade como poder modificador das relações sociais precisava ser reconhecida e socializada como parâmetro norteador, internalizado de forma capilar ao viver das pessoas. Nesta direção, os jornais assumiram um papel expressivo.

Bibliografia

CAMARA, Sônia. *Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARNEIRO, Levi. *A nova legislação da infância. Relatório sobre as leis e tendências legislativas em favor da infância, contemporâneas da guerra europeia*. Registro civil. Regulamento de menores abandonados. Rio de Janeiro: Empresa Bibliográfica, 1923.

CARVALHO, Francisco Pereira. *Reforma do Código de Menores*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *A Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petropolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Perreira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, maio/agosto, 2003.

Gazeta de Notícias, 03/02/1924.

Jornal *A Noite*, 26/04/1927

Jornal *Diário Carioca*, 22/05/1929

Jornal do Brasil, 12/02/1924.

Jornal *O Jornal*, 10/04/1927.

Jornal *O Jornal*, 12/05/1927

Jornal *O Paiz*, 09/07/1925.

MATTOS, J. C. Mello entrevista ao *O Jornal* de 20/06/1924.

MINEIRO, Beatriz. *Código dos Menores dos Estados Unidos do Brasil – Comentado*. São Paulo: Cia editora Nacioanl, 1929.

Revista ABC, 16/08/1924.

Revista da Semana, 18/12/1926.

RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural Divisão de Editoração, 1995.

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: A LITERATURA COMO INSTRUÇÃO E MORALIZAÇÃO PARA A INFÂNCIA

Gisele Gonçalves Isaias Gomes –

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NIPHEI

giseleisaias@hotmail.com

Introdução

Este estudo tem por objetivo refletir sobre o debate em torno da educação da infância e sua relação com os livros de literatura que foram produzidos pela escritora Julia Lopes de Almeida da década de 1910 a 1920.

O período em questão se destaca por inúmeras e significativas mudanças políticas, culturais e sociais e por uma busca acelerada na modernidade ancorada na transformação da mentalidade e dos costumes da sociedade que influenciaram a escola e os instrumentos utilizados por ela (Nagle, 2001; Needell, 1993; Carvalho, 1990).

A escritora Júlia Lopes de Almeida passou a dedicar-se a produção de livros destinados à infância. Ao todo foram produzidos quatro livros para a infância: *Contos Infantis*, que escreveu juntamente com sua irmã, Adelina Lopes Vieira; *História da nossa terra*; *Era uma vez...*, e *A árvore*, que nos revelam, em síntese a preocupação de se formar um outro cidadão, por meio da educação circunscrita no projeto de transformar o Brasil em um país civilizado, através da ordem, do progresso e da moral.

Para tanto, os livros para a infância, nos fornecem elementos que falam ao imaginário infantil, mas também que respondem de modo satisfatório ao sistema de transmissão de valores, tanto aqueles de origem familiar quanto os produzidos no sistema escolar. Nessa direção, os livros foram importantes instrumentos utilizados para a difusão do pensamento republicano que via nas crianças o futuro da nação. Para Klinke, o meio apontado como decisivo para se alcançar o progresso da nação foi a educação da infância, *vista pela nova psicologia como uma fase da vida humana com grande potencial para a inculcação de valores e saberes* (2003, p. 23). A educação das crianças foi compreendida como elemento essencial para formação da identidade nacional assentada em uma educação uniforme e homogênea:

Na busca do progresso por meio da construção de uma identidade nacional, a elite intelectual brasileira produziu no campo das artes, da política e da educação, a ideia de modernização do País em um esforço de universalização cultural, na tentativa de aproximar o Brasil das sociedades civilizadas. E o meio apontado como decisivo para esta conquista foi a educação da infância, vista pela nova psicologia como uma fase da vida humana com grande potencial para a inculcação de valores e saberes. E se a finalidade maior de educar as crianças era conquistar a unidade nacional através destes futuros adultos, então sua educação deveria ser uniforme, homogênea. (Klinke, 2003, p. 23)

O foco desse trabalho centra-se na análise do livro *Histórias de nossa Terra* de Julia Lopes de Almeida, publicado e editado pela Francisco Alves Editora do ano de 1911, 6ª edição (revista e aumentada), buscando entender quais as concepções de infância e as matrizes que se apresentam por trás dessas histórias, ou seja, entender as concepções que organizaram a compreensão de infância, de escola, de ensino, do papel da família, da escola e do Estado que aparecem nas linhas e entre linhas de seus livros para a infância.

Literatura: fonte e objeto de pesquisa

A pesquisa na área da História da Educação nas duas últimas décadas, com o advento da Nova História Cultural, ampliou as possibilidades de estudo a partir da definição de novos temas/ problemas e da utilização de documentos e fontes não tradicionais. Ao abordar a constituição da História da Educação no Brasil, Vidal e Faria Filho (2003) identificam os trabalhos realizados nos últimos 20 anos, apontando temas e períodos de interesses e abordagens mais recorrentes.

A possibilidade do uso de memórias, diários, cartas, biografias, fotografias, literatura, música, pintura, histórias de vida, depoimentos, anúncios e relatos de festas escolares publicados em jornais e revistas, entre outros, permitem acessar as práticas e os saberes difundidos, assim como, os discursos e os dispositivos produzidos em torno do tema de investigação. Neste sentido, as pesquisas vêm procurando analisar para além da legislação educacional, dos relatórios oficiais, regulamentos, programas de ensino, dados estatísticos, entre outros registros.

Nesse universo amplo de fontes para os estudos da História da Educação, encontramos a Literatura. Os diversos textos literários podem nos auxiliar na compreensão de ideais/ ou imagens representadas e divulgadas, como opção para fazer mediações entre a ficção e a “reinterpretação” construídas pelo autor.

De modo geral podemos dizer que para a História Cultural essa relação de aproximação entre História e Literatura se dá na medida em que ambas são formas de representar o mundo, as dúvidas e inquietações dos homens em determinada época. Ambas compartilham do mesmo interesse, ou seja, o interesse em narrar acontecimentos.

Para Pesavento, “a Literatura permite o acesso á sintonia fina ou ao clima da época; o modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos”. (2005, p.82). Enfim, esse “novo” uso da literatura como fonte irá oferecer ao historiador a possibilidade de encontrar prováveis respostas do por que da existência de diferentes representações que indivíduos ou seus grupos faziam de sua sociedade em determinada época.

Compreender a multiplicidade de tempos históricos não é possível somente através dos documentos oficiais, mas também através de outras produções artísticas e intelectuais realizadas na época que se almeja investigar. O passado, além de um emaranhado de fatos, consiste também em uma série de produções que o homem, objeto de investigação historiográfica, realiza impulsionado por seu pensamento e seu comportamento. Como o homem nunca pode ser considerado sozinho, pois está inserido em sociedade, ao produzir ele não somente expressa seu sentimento, pensamento e comportamento, mas do grupo social ao qual pertence.

Outra questão que se apresenta, diz respeito ao método, dentre os principais podemos destacar o paradigma indiciário, onde o historiador é equiparado a um detetive. Ou como compara Bloch, o historiador é o "ogro" que fareja o homem, "são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (Bloch, 2004, p. 54)

Também a relação do historiador com o documento é alterada, existe uma inquietação na intencionalidade das fontes, ou seja, na finalidade do agente histórico decorrente do documento e do pesquisador ao trabalhar com o mesmo. A partir do interesse do pesquisador, no presente, os documentos são selecionados e, formuladas as perguntas para a investigação. O ponto de partida é o problema, e não o documento.

Apesar de esse ser um trabalho introdutório, fruto da nossa primeira aproximação com a temática da utilização da literatura enquanto fonte para a História, acreditamos que essa seja uma discussão bastante pertinente, já que os estudos referentes à História Cultural estão em ritmo crescente.

A criança e o livro: formando o novo cidadão republicano

Lajolo e Zilberman (1997) assinalam que o leitor nasce com a sociedade moderna e que falar sobre a utilização do livro no Brasil é também falar sobre a história da modernização da sociedade. Nesse sentido, o contexto da Belle Époque (nas primeiras décadas de 1900) na cidade do Rio de Janeiro foi considerado⁶ uma era de ouro da beleza, com profundas transformações culturais que traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano, mas também como um período de disputas sociais e imposição de modelos culturais eurocêntricos⁷.

No início do século XX, o Brasil passava por transformações em diversos campos e, de modo particular na política, na economia e na cultura. Foi sob a égide da *Belle Époque* que essas

⁶ Segundo o historiador Needell (1993), sobre este assunto ver Nagle (2001).

⁷ Ver Sevckenko (1998).

transformações se intensificaram. A capital da República experimentava novos ares de cosmopolitismo e o anseio por uma sociedade cada vez mais “civilizada”.

A nação civilizada tinha que assimilar a noção de progresso, valendo-nos de códigos visuais da época, alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação “civilização”. Segundo a lógica evolucionista, as sociedades caminhavam inexoravelmente para o advento de um mundo guiado pela ciência e pela democracia. O regime republicano expressava, pois, a necessária culminância política que teria consequências em todos os níveis da sociedade (cultura, educação, comportamento, etc.) A nova cultura chegou a um público mais amplo através da imprensa, das conferências públicas e da literatura.

O “século da luz”, da velocidade, da ciência, das “ideias avançadas”, Segundo Costa e Schwarcz, (2000), parecia, assim, configurar mudanças no imaginário social de camadas de prestígio. Uma sensação de aceleração do tempo que atinge aspectos da vida. A *Revista Ilustrada* montou uma chave simbólica através do uso exaustivo de repetidas imagens que se associaram, por via direta ou indireta, à idéia de progresso. O trem foi a mais recorrente delas e nele os desenhistas faziam embarcar elementos que conduzissem aos avanços modernos, como o projeto da abolição da escravidão. Em um contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, república parece sintetizar o nome brasileiro da modernidade.

Nesse contexto da bela época carioca, Júlia Lopes de Almeida foi uma das grandes incentivadoras da instrução feminina no país. De forma breve, será apresentada a biografia da literata aqui retratada, pois é difícil separar sua vida intelectual, pessoal, matrimonial e de mãe de suas obras e vida intelectual.

A escritora Júlia Valentina da Silveira Lopes nasceu no dia vinte e quatro de setembro de 1862 no casarão da Rua do Lavradio nº53, no Rio de Janeiro. Filha de Antônia Adelina Pereira, natural de Lisboa e do médico português Valentim Lopes. Primeiramente, a família mudou-se para Nova Friburgo, onde, com poucos anos de idade, Julia aprendeu a ler e escrever com a mãe. Após a estada em Nova Friburgo, a família mudou-se para a cidade de Campinas em 1869. Desde menina, Júlia demonstrou forte inclinação para as letras, embora em seu tempo, não fosse de bom tom e do agrado dos pais uma mulher dedicar-se à literatura. Quando pequena, foi delatada por sua irmã ao seu pai porque fazia versos: -“ Papá, a Júlia faz versos! [Ao que Júlia confessa]: [...] tinha uma grande vontade de chorar, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias”. (Rio, 1994, pp. 28-37)

A sua condição feminina a impedia de escrever, pois a pressão e coerção social a amedrontavam. Nas palavras de Júlia:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura de papel uma porção de rimas (...) De repente, um susto. Alguém batia a porta. E eu, com a voz embargada, dando voltas à chave da secretária: Já vai! Já vai! (Rio, 1994, p. 29)

Ainda em Campinas, Júlia iniciou sua carreira literária no jornal *A Gazeta de Campinas*, em sete de dezembro de 1881⁸. A escritora colaborou ainda em jornais e revistas femininas e na revista *A Semana*, editada no Rio de Janeiro e dirigida por Valentim de Magalhães e Filinto de Almeida, jovem escritor português. Desta relação, nasceu um romance entre Júlia e Filinto. Após o casamento dos dois, em 28 de novembro de 1887, na cidade de Portugal, o casal voltou para a cidade de Campinas e anos depois mudaram para o Rio de Janeiro.

A estreia da escritora na vida literária deu-se com a produção *Contos Infantis* (1886). Uma obra de sessenta narrativas em verso e prosa, escritas em colaboração com sua irmã, Adelina A. Lopes Vieira e destinadas à diversão e instrução da infância. Com o sucesso imediato, publicou também outras obras dentro da linha nacionalizante e didática. São exemplos *Histórias de Nossa Terra* (1907), *Era uma vez* (1917) e *Jardim Florido* (s/d).

Julia faleceu em 30 de maio de 1934, de malária, adquirida em viagem à África ao visitar uma das filhas, Lúcia Lopes de Almeida Noronha. Morreu aos setenta e dois anos quando escreveu seu último romance *Pássaro Tonto* (1934). Mesmo depois de sua morte Júlia foi reconhecida pelos seus pares, que lhe trataram carinhosamente como “D. Júlia”. Segundo Pereira:

Júlia Lopes de Almeida, na verdade, é a maior figura entre as mulheres escritoras de sua época, não só pela extensão da obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu com os críticos e com o público; todos os seus livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos (Pereira, 1957, pp. 255-271).

Vidal considera Julia como uma intrusa na área da educação, pois nunca exerceu o magistério, porém, ela pertencia ao grupo de intelectuais paulistas e defendia valores iluministas “alicerçados em uma crença absoluta no poder das ideias, e com a mudança da realidade brasileira, pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa e do livro” (2004, p. 32), buscando formar uma “ilustração brasileira”.

O livro *Histórias de Nossa Terra* editado pela Francisco Alves Editora do ano de 1911, 6ª edição revista e aumentada, de tamanho pequeno atendendo à necessidade de ser segurado por mãos pequenas. Na folha de rosto uma lista com outros títulos da autora, além da rubrica da Julia Lopes de Almeida. Na página seguinte uma dedicatória: *A meus filhos*. O livro é formado por trinta capítulos, cada um com uma pequena história que retratava possíveis fatos do cotidiano de uma escola, dos professores e alunos. Apresentando, sutilmente, temas como moral, cívica, história, ciências, geografia, história e gramática, seguindo as instruções de ensino da época.

⁸Cabe destacar que a citação acima faz parte da resposta dada por Júlia Lopes sobre sua infância e educação a João do Rio em um inquérito no qual o cronista entrevistou grande parte da intelectualidade da época, momento em que esses literatos responderam sobre literatura, jornalismo e profissionalização do homem de letras.

O ensino era distinto para meninas e meninos, pelas ilustrações apresentadas no livro, fotos de meninas na escola realizando atividade no espaço escolar de acordo com a história, supõe-se que este livro era utilizado por meninas. Por exemplo, a imagem da primeira história é composta por meninas em volta da bandeira do Brasil, como se estivessem hasteando a bandeira na escola, sendo a história intitulada de *A nossa Bandeira*.

Essa mesma história exalta as cores da bandeira brasileira, comparando com as “maravilhas e belezas do Brasil” (p. 6), apresenta a pátria como mãe e os brasileiros como filhos que precisam entregar suas vidas pelo país. Enaltece o sentimento nacionalista e patriótico, exaltando os símbolos nacionais e exaltação da natureza brasileira, que são marcas do pensamento educacional e literário da época. A autora escreve:

Verde, da cor dos mares e das florestas que embelezam a nossa terra desde a serra de Roruíma até a barra do Chuy; azul como o céu infinito em que abre os braços lúcidos o Cruzeiro do Sul; dourada, como o sol que alegra o espaço e fecunda os campos, a nossa bandeira retrata nas suas côres as supremas maravilhas do universo!
Filhos do sul ou filhos do norte, qual de nós não estremecerá de orgulho à sua glória? (...) qual de nós não de commoverá vendo-a desfraldada em paiz extranho, ou não se sentirá capaz das maiores audácias para a defender de uma affronta e livral-a de uma derrota? (Almeida, 1911 p. 07)

O ensino do papel social exercido pelos homens e mulheres também aparece no livro. No terceiro capítulo, intitulado *Minha Mãe*, a mulher é descrita na figura da mãe como alguém frágil, mas que precisa ser forte para segurar, animar, suportar, ajudar, ensinar, que precisa estar “à cabeceira”, ou seja, no espaço doméstico para educar dos filhos. No capítulo seguinte, a narração já começa com a saída do pai para trabalhar independentemente do que acontece. É a figura masculina, forte e intensa que ocupa o espaço da rua: “Ulule a ventania, chova ou faça sol, á hora determinada pelo seu trabalho, meu pae, esteja forte ou conlido, diz um adeus a família e sae de casa”. (p. 07)

A leitura para a educação moral deveria ser empregada com inteligência e critério, para não ser enfadonha. Autores mostraram a intenção de escrever de forma a tornar a leitura mais agradável para as crianças, com abordagens mais amenas que tivessem relação com o cotidiano escolar dos leitores, e que, de fato, interessassem ao público leitor. Em uma das passagens do livro aqui analisado, a autora narra a história de um velho homem que um dia entrou na sala de aula, assistiu a lição e disse:

Fui mestre do mestre do vosso mestre e quero a seu lado repetir-vos palavras que muitas vezes lhe disse, quando ele tinha assim a vossa idade. Não era uma lição, era uma suplica, a mesma que vos dirijo agora com igual esperança: - estuda e a nossa língua, estuda e-a com ardor, com entusiasmo, que tanto melhor a amareis quanto melhor a conhecerdes, tão doces e surprehendedentes são os seus segredos! Notae bem isto: entre todas as coisas que sabemos, a nossa língua é a que devemos saber melhor, porque ella é a melhor parte de nós mesmos, é a nossa tradição, o vehiculo do nosso pensamento, a nossa pátria e o melhor elemento da nossa raça e da nossa nacionalidade. [...] Falar bem a lingua materna, não é uma prenda, é um dever. Cumprí-o.” (Almeida, 1911 p. 12- 13)

A bandeira em que o corpo do menino se transforma é o símbolo máximo do Brasil republicano. Ensinava o comportamento daquele que serve ao próximo, à cidade e ao país. “Diante dela quem não vibraria de entusiasmo? Não se comoveria vendo-a desfraldada em país estranho? Não se sentiria capaz das maiores audácias para defendê-la de uma afronta e livrá-la de uma derrota?” (Almeida, 1911, p. 07). Eram realizadas nas várias cidades brasileiras inúmeras cerimônias para festejar o Dia da Bandeira. As festividades de São Paulo, nos anos vinte, ficaram famosas. Eram realizadas à noite. Os participantes encontravam-se na praça Antonio Prado e marchavam, segurando tochas, em colunas organizadas, até a Avenida Paulista. Como descreve Nicolau Sevcenko:

[...] Todas as luzes ao longo do percurso daquele imenso desfile eram apagadas. Os participantes eram organizados de acordo com seu nível social e funcional. De modo geral os estudantes e os atletas usavam uniformes esportivos, e os recrutas, fardas militares. Todos cantavam hinos, e as filas da frente levavam bandeiras de todos os tipos, entre as quais se destacava a bandeira nacional. Os cantos eram seguidos por rufar de tambores, gritos, pés batendo com força no chão e palmas dos participantes. A marcha terminava num climax, no alto e na entrada da Avenida Paulista, onde se apresentava um espetáculo de fogos de artifício. Bem nesse lugar havia sido recentemente construído um monumento, por encomenda dos acadêmicos de direito, dedicado ao poeta Olavo Bilac, ele próprio ex-aluno da Academia do Largo São Francisco, líder da campanha do serviço militar obrigatório e fundador da Liga Nacionalista. O traço mais marcante da comemoração, e o que revela sua engenhosidade, era o fato de que o local onde tinha lugar seu apoteótico grand finale era visível de praticamente toda a cidade lá embaixo, especialmente por causa das luzes apagadas e da concentração de tochas, fogos, holofotes contra a escuridão da noite, além do grande barulho. Bilac foi muito apropriadamente chamado de profeta do ativismo. Em volta de seu monumento havia relevos retratando momentos decisivos da história do Brasil, em que as massas agiram como principais protagonistas. (Sevcenko, 1993, p. 85)

Se os estudantes que iam às cerimônias festivas do Dia da Bandeira abrissem o livro *Histórias de Nossa Terra* veriam representado o pátio confraternizador como a expressão de um povo virtuoso:

[...] São as virtudes do povo que tornam sua bandeira respeitada; são os seus trabalhos, os seus empreendimentos, o poder da sua inteligência, a inteireza do seu caráter e a magnanimidade do seu coração, que lhe dão prestígio diante do mundo. (Almeida, 1911, p.08)

Lição a lição, a mensagem do livro de leituras, tanto quanto a das festividades, era clara: a virtude homogeneiza (quase) todas as diferenças, sejam elas de sexo, idade, espaço ou tempo. A fonte da virtude é uma só: a República, o único regime que conferindo igualdade política, permitia a qualquer homem, mesmo os de origem humilde, chegar à presidência da República ou à propriedade de uma fábrica.

Sem nenhuma necessidade de explicar as diferenças concretas entre os homens, tanto os organizadores das festividades cívicas, quanto Júlia Lopes de Almeida, podiam apenas tentar quase obstinadamente tocar as emoções, seja do participante ou do leitor, para levá-los às lágrimas.

O novo significado social da infância como "futuro da nação" aparece no contexto do surgimento dos projetos que tinham como objetivo realizar uma regeneração nacional. O conceito de regeneração foi ganhando significado de um “programa sem limites, ao mesmo tempo físico, político, moral e social, que não pretendia menos do que criar um "novo povo" “(Ozouf, 1989, p. 815 apud

Hansen, 2008, p. 46). O conceito de regeneração, durante a reforma urbana e as obras de saneamento do Rio de Janeiro no início do século XX, revelou-se no processo de aburguesar a sociedade, o que transformaria a paisagem urbana, as relações sociais e a vida privada. Para Sevcenko, a regeneração

não poderia ser considerada apenas como a transformação da figura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos como ela nasce em função do porto e da circulação de mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida, as ideias, e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam. (Sevcenko, 2003, p. 58 apud Hansen, 2008, p. 47)

O novo lugar da criança na família e sua transformação emblemática em futuro da nação demonstravam uma das atitudes através das quais essas modificações transformavam o dia-a-dia da sociedade urbana, refletindo-se até na valorização da infância. Investindo na formação das crianças, considerados os homens do futuro que o Brasil poderia chegar a ser uma nação tão rica e poderosa quanto a sua exuberante natureza e recursos naturais.

Na defesa de uma raça virtuosa, *Histórias de Nossa Terra* criava uma parábola da salvação humana e, por extensão, da salvação nacional, utilizando uma visão dominante que subordinou boa parte do debate no âmbito da economia, da política e da cultura do país no começo do século. Ao mesmo tempo em que a primeira constituição republicana garantia formalmente a igualdade política, a noção de raça não só se constituía, mas também legitimava uma prática de manutenção de desigualdades. Não é por acaso que, nesse livro, a única exceção nos perfis heroicos seja um negro evadido da cadeia do Recife.

A escola tinha como objetivo educar as crianças a serem cidadãos e cidadãs da República. Uma escola que possibilitava a homogeneidade por meio de uma organização rigorosa, na qual o ensino da leitura e da escrita assumiu um papel fundamental na conquista do projeto civilizador da nação: educar para o hábito e para o gosto de ler. De modo a produzir como objetivo maior da leitura habituar os sujeitos a continuarem praticando a leitura pelo resto da vida, de modo que, terminado o curso primário, ele permanecesse se instruindo e moralizando-se, dentro dos padrões de qualidade ensinados na escola. E para atingir seu objetivo, a escola determinou tempo, espaço, métodos e materiais homogêneos para todo o Estado, produzindo possibilidades de uniformidade através do controle do quê e de como se lia, apostando na igualdade da alfabetização, do hábito e do gosto pela leitura, como meios de conquistar o progresso das nações mais adiantadas.

Para atingir os objetivos da educação das crianças, era quase consenso, que se tomassem os cuidados necessários para que a leitura não lhes fosse prejudicial — como atender somente o imaginário infantil sem cuidar de sua educação — e lhes proporcionasse prazer.

Considerações finais

Portando, com a República, à medida que se ampliava a preocupação com a questão: Quem somos nós? Ampliava-se também a exigência da resposta a uma outra interrogação: Quem são os outros? As respostas formuladas a estas perguntas foram sendo esboçadas nos livros didáticos, nos romances e crônicas da época, nos jornais, nos relatos e nos textos de avaliação do regime republicano.

Aprender a ler era uma forma de educar não só as crianças, como também sua família, no intuito de civilizar o povo pela construção de sua nacionalidade: conhecer e divulgar o que o País tinha de bom e afastar as pessoas das atividades insalubres e imorais.

Dessa forma, o livro foi entendido como um dos instrumentos capaz de contribuir para viabilização desse projeto, pois seria um objeto que poderia estar presente no cotidiano das escolas, seja com os alunos, seja com os professores, mas também com as famílias funcionando como uma espécie de veículo de circulação e inculcação de saberes determinados, que estavam voltados para a conformação de hábitos, de valores e de comportamentos. Assim, entendemos a existência de diferentes ações educativas veiculadas por diversos agentes sociais, dentre elas a literatura.

Era idealizado que, habituados à *boa* leitura e por meio dela, os sujeitos continuassem, com autonomia, sua educação, uma vez que não havia escola para todos os cidadãos. Assim, através do hábito da leitura de *bons* livros, seria alcançado o ideal de civilizar a nação, o que a levaria ao progresso e à modernidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Histórias de Nossa Terra*. São Paulo: Francisco Alves Editora, 1911, (6ª edição).

BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo. Apologia da história ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário de República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Ângela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914. No Tempo das Certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HANSEN, Patrícia. "A arte de formar brasileiros": um programa de educação cívica nas páginas da revista " Tico-Tico. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. XAVIER, Libânia Nacif. *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

KLINKE, Karina. *Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930)*. (Tese de Doutorado em). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1997 .

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro. Editora DPA, 2001.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre,nº4, 1995,pg.115-127.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Depto. Nacional do Livro, 1994.

SEVCENKO, Nicolau,(org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVECENKO, Nicolau. Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6 nº 11, p. 78-88, 1993.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA Filho, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº45, p. 37-70, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Julia Lopes de Almeida e a Educação Brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escolar *Contos Infantis*. *Revista Portuguesa de Educação*, 2004, vol 17, nº 001, p. 29-45

A CRIAÇÃO DAS CRECHES E JARDINS DE INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÃO DO DISCURSO HIGIENISTA PROFERIDO PELO MÉDICO ARTHUR MONCORVO FILHO

Cintya Ribeiro Gama

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NIPHEI

cintya_gama@hotmail.com

Introdução

O que antes de 1899 existia no Brasil – todos o sabem -: alguns asylos de extremada educação religiosa, quase todos sem a orientação moderna, raríssimas maternidades em penúria, pobres salas de consulta em hospitaes, Casa de Expósitos, - instituições mantidas em môlde archaicos condemnados pela sociedade actual, na phrase de Manoel Victorino Pereira constituindo verdadeira “affronta ás leis sociaes sob o pretexto de velar a deshonna ou de amparar o crime” -. Em grande maioria taes instituições não primavam no apuro da hygiene e da moral, os methodos de amparo á criança sendo ainda mantidos sob o influxo deplorável das arraigadas idéas proclamadas há séculos passados. (Moncorvo Filho, 1929, p.3)

A partir dos finais do século XIX e início do século XX, o Rio de Janeiro sofreu grande influência do pensamento médico-higienista e jurista preocupados com a questão da infância abandonada. Aliando-se ao Estado esses setores sociais visavam intervir, instruir e educar a sociedade baseando seus preceitos de intervenção na busca da modernização e civilização do país. Esses intelectuais entendiam que esse projeto se consolidaria mediante a reorganização da estrutura familiar e inserção dos conhecimentos de higiene na sociedade dita por esse movimento como imoral e não civilizado.

Sobretudo a família pobre e trabalhadora foram os seus alvos privilegiados. Partindo desse pressuposto essas classes precisariam ser reestruturadas e inseridas nas normas da higiene, baseado na busca pela constituição da idéia da família nuclear, asséptica e higiênica. Pensando em modificar seus hábitos higiênicos na perspectiva de uma nova sociedade higienizada e partindo da “missão de civilidade apregoada pela medicina” (Marques, 2000, p.37) e consequentemente entendendo que a criança de hoje seria o futuro da nação e que para se alcançar uma sociedade idealizada, sobretudo civilizada dentro dos parâmetros identificados pela medicina corretos de higiene, a melhor estratégia seria intervir nos hábitos das famílias principalmente

reeducando as mães nos cuidados com sua prole na tentativa da diminuição da taxa de mortalidade infantil. Mediante a isto, o movimento médico – higienista reconheceu a potencialidade da “promoção da saúde através da educação” (Marques, 2000, p.37).

Com esse propósito muitos periódicos produzidos principalmente por médicos, a partir dos finais do século XIX, circularam a época na divulgação de novos ideais, pautados na higienização e civilização da família. Os discursos produzidos pelos médicos e eugenistas fundamentavam-se na ciência, sendo apresentados como um saber superior e incontestável (Marques,1994).Um dos primeiros pontos apresentados pelos médicos foi a constituição do sentimento da mãe como aquela responsável pelo filho. Ensinando as mães, através de suas obras, pretendiam prescrever como a única maneira adequada na criação de bebês sádios, as formas estabelecidas pela medicina como legítima. (Marques, 2000, p.40). Introduzindo essa nova concepção de mãe, diminuiria consideravelmente o que acontecia a época, onde muitas mães não tinham condições de criar seus filhos, uma vez que eram indesejados e muitos deles eram deixados em instituições não apropriadas para atendê-las pela ausência dos preceitos higiênicos necessários. Esse aspecto acabava por acarretar em sua morte aumentando, assim, o índice da mortalidade infantil.

Os médicos começaram a pensar a maternidade buscando reforçar a idéia do elo entre a mãe e o filho. Embasados pelo alarmante índice de mortalidade infantil, a ciência médica aliou-se ao Estado e a Igreja na perspectiva de reestruturar a organização familiar (Del Priore,1993). O discurso objetivava impor o matrimônio, reforçando assim a figura da mãe (inserção do conceito da mulher santificada). Esta foi uma das maneiras encontradas por essas instituições para intervir na organização familiar, buscando consolidar o importante papel que a mulher-mãe tinha com o seu filho, ressaltando o compromisso da mãe para com o a sua prole.

Já a aliança feita entre o campo médico e o Estado surge, segundo Costa (1999 p.28-29) sobre divergências de interesses, porém o Estado medicalizou suas ações, reconhecendo o valor político das ações médicas. O ponto central para a constituição da aliança foi o combate da medicina na questão da insalubridade no país, sobretudo no Rio de Janeiro uma vez sendo a capital da republica. Como nos aponta Costa (1999)

[...]A questão salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. As epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água sempre formam fantasmas para a administração colonial. A população era dizimada por ocasião dos surtos epidêmicos e nos períodos intercríticos apresentava uma taxa de mortalidade elevadas. [...].(p.29)

Esse preceito médico-higienista na busca incessante pela higienização da população surge para combater a prática muito utilizada pelas mães da classe popular, que era a de deixar seus filhos

na Roda dos Expostos.⁹ Os médicos combatiam o modelo de assistência existente, especialmente a Roda. O movimento visava à sua extinção apregoando a adoção de uma nova proposta pensada e idealizada por eles. Para eles, a Roda não era um lugar adequado para o atendimento às crianças, tendo em vista o alto índice de mortalidade que demonstravam a situação das condições de insalubridade, fazia-se necessário combater a insalubridade (Camara, 2008, p. 4).

Com isto, começava-se a discussão de como deveria ser o espaço adequado para melhor atender essa infância, na perspectiva da diminuição da mortalidade e o mais importante para o movimento médico era extinção desse tipo de instituição. Para se construir uma nova sociedade, os higienistas entendiam que a criança de hoje seria o homem do amanhã assim sendo o futuro da nação. Para isto, era preciso acabar com a mortalidade infantil. Como aponta o médico Arthur Moncorvo Filho,

No momento em que se procura realizar o saneamento do Rio de Janeiro com as maiores e mais estupendas obras, é bom que se diga, sem Proteção e Assistência imediata á Infância, esse saneamento não será completo; de que nos vale termos os mais belos monumentos na mais fina linha arquitetônica, os grandes e frescas avenidas, enfim os mais diversos panoramas, cada qual mais suntuoso a aguçar a nossa vista, se possuímos uma raça que aos poucos se deprime, se enfraquece e se elimina [...] Sim, pelos cuidados prodigalizados à infância pode-se avaliar o grau de civilização de um povo!(Kulhmann, p.91)

E os médicos higienistas se viram nessa missão: a de “construir uma ordem civilizada que se constituiu no projeto dos homens da ciência do século XIX voltados para um padrão de civilização”. Assim, como afirma Camara (2008) os médicos apareciam como reconversores da família ao Estado, assumindo o papel de prevenir e intervir nas ações promovidas pela família especialmente na educação da criança. Toda essa intervenção visava à construção de uma sociedade civilizada e saudável.

A infância como campo de atuação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

Infantes tuendo pro Pátria laboramus...Grande verdade essa expressa em poucas palavras, que acudirá ao espírito de todo aquelle que por instantes reflexionar. Apesar da veracidade dessa proposição que todos, em côro unisono proclamam, e da tristíssima demonstração de

⁹ Essa instituição foi criada em 1738 por Romão Duarte com o objetivo caritativo-assistencial de recolher as crianças abandonadas. Fundada para proteger a honra da família colonial e a vida da infância. Ganha força sobretudo, com a Lei do Ventre Livre de 1871 onde muitas crianças pobres eram abandonadas nessa instituição.

nossas estatísticas verdadeiramente assustadoras no que diz respeito á mortalidade infantil, jaz a criança atirada ao mais cruel dos esquecimentos na Capital do Brazil, extinguindo-se sem a menor assistência ao fim de pouco tempo de vida ou viciosamente crescendo em um meio saturado das maiores impurezas. De nada valem aos olhos dos que nos governam esses tristes espectáculos representados pelo homem em um catre de hospital, ou no passeio de nossas ruas, e isso na aurora de sua vida. (Gurgel, 1902, p.3)

No caso do Brasil e em especial na capital da República, o Rio de Janeiro, o médico Arthur Moncorvo Filho tornou-se uma figura marcante, sempre engajado neste projeto do melhoramento e robustez da raça e muito preocupado com questão da infância, sobretudo a infância da “classe pobre e abastada” (Camara, 2009, p.1). Funda em 24 de Março de 1899 o Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro. Este destinado a “promover a assistência e proteção a infância, apresentando-se como instância destinada a amparar a infância por meio de medidas eugênicas, preventivas e protetoras, mas também de ações direcionadas a família pobre e abastada da sociedade.” (Camara, 2009, p.1).

O Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI) do Rio de Janeiro assumiu várias frentes promovendo a assistência que segundo o seu fundador e diretor Moncorvo Filho era dividido nas seguintes seções: o dispensário; o programa da gota de leite; as damas da assistência a infância e a sociedade científica protetora da infância.

Formando uma rede de médicos, todavia preocupados com a situação da falta de higiene que vivia a sociedade e com a ausência dos bons cuidados dos pais com sua prole, no que conseqüentemente resultava um taxa altíssima de mortalidade infantil, não só porque morriam devido à insalubridade mais também devido às doenças que até então eram desconhecidas pela população.



Frontespício do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fonte: Arquivos de Assistência à Infância 1902 v.1. Acervo: NIPHEI/UERJ (digitalizada)

Enfatizava a necessidade de se promoverem estudos a respeito dos “problemas que atacavam a infância doente, maltratada e abandonada do país, definindo medidas de orientação, cuidado e educação das mães brasileiras.” (Camara, 2009). Neste aspecto o Instituto assumiu seu caráter filantrópico prestando serviços específicos, no lugar do Estado uma vez que esse encontrava-se ausente na promoção de políticas públicas de assistência à infância. O movimento médico e no caso do Rio de Janeiro, o IPAI intervêm por meio da ciência para “contrapor as práticas populares enaltecendo o lugar da medicina na orientação, cuidado e cura dos que necessitavam” (Camara, 2009, p.2).

A falta de instrução do povo deve-se, pôde-se afirmar sem receio de contestação, um grande contingente de males que afligem a infância; eis porque o Instituto, no limite e suas forças, procurará difundir, entre as famílias pobres e proletárias, noções elementares de higiene infantil, verbais ou por meio de conselhos ministrados em linguagem ao alcance do público. (Bocayuva apud Moncorvo Filho, 1927, p.143)

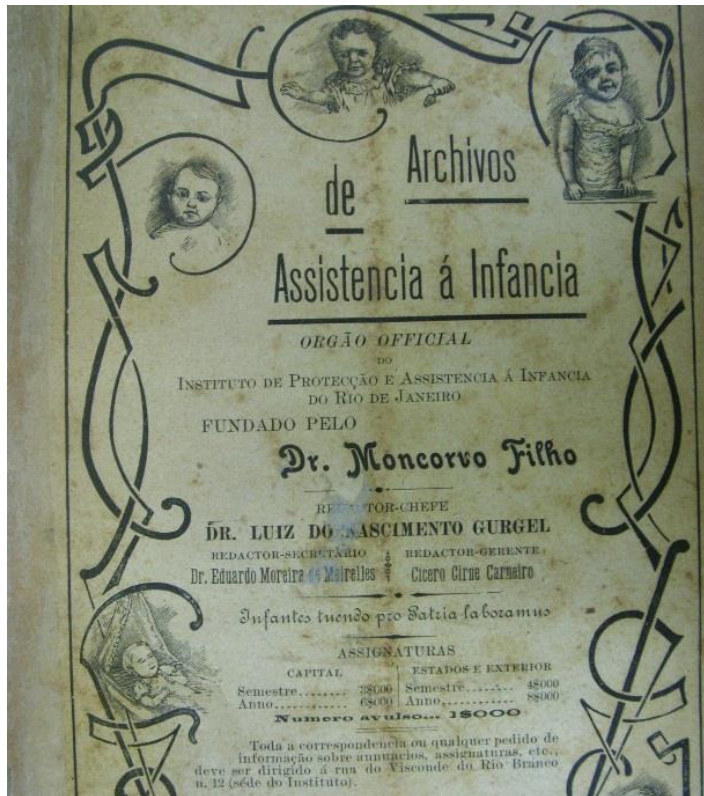
A intervenção higienista pautava-se nos conhecimentos advindos da puericultura num movimento sistemático de validação da educação higiênica. Ao fomentar a validação dos aparatos científicos, o poder médico buscava superar a tradição prática nos cuidados com a criança, firmando a supremacia da ciência na proteção, cura e regeneração da infância (Camara, 2009, p.7) Mobilizados em intervir nos costumes, usavam a ciência para dar veracidade nos discursos proferidos por eles, intervindo assim nos cuidados com criação das crianças, por intermédio da educação das mães.

Assumindo um caráter científico, caritativo e filantrópico o Instituto cria em 1902 a revista *Archivos de Assistencia á Infância*, que circulou durante trinta e sete anos, constituindo-se como um importante “veículo de divulgação dos serviços prestados, bem como as noções elementares de higiene, saúde e defesa da educação.”(Camara, 2009, p.5). Por meio do periódico circulava-se e divulgavam-se as práticas científicas, as idéias que norteavam os estudos produzidos pela Sociedade Científica e mostravam os tratamentos dos casos de doentes atendidos no Dispensário.

Imprensa! Vós que sois a gloria desta nação, vós que sois a chave de todos o nosso progresso e civilização, tendes na solenidade de hoje um dos mais brilhantes papéis. Sois a representante legítima de todas as liberdades públicas e de todos os interesses sociais e a vossa homenagem á nossa causa tem alta significação moral e filantrópica, porque tendes convidado o povo, em nome do dever sagrado e da conveniência própria, a auxiliar eficientemente a nossa como todas as instituições piedosas, com o seu pequeno obulo em favor das classe infortunadas.[...]demonstrando as vantagens indiscutíveis desta criação, e concitando as boas almas, que abundam entre nós, a colaborar para o êxito a magnanima, patriótica e civilisadora Obra de protecção à infância..(Bocayuva apud Moncorvo Filho, 1927 p.149)

Já no discurso por ocasião da instalação do IPAI, Quintino Bocayuva chama atenção da imprensa para que esta venha fazer o papel de disseminar entre a sociedade os movimentos e trabalhos que se organizavam na época. Para tal, cria uma revista como o propósito de divulgar os trabalhos do IPAI com o objetivo de ser um instrumento de aconselhamento as mães, através das publicações das campanhas educativas, das palestras e estudos.

Sendo o primeiro periódico publicado no Brasil neste gênero, a revista assumiu o caráter de propagar, através de uma linguagem simples, a “socialização de conhecimentos destinados ao controle social e educação higiênica da população” (Camara, 2009, p.6). Constituindo-se como um importante instrumento de aconselhamento às mães, com a finalidade de instituir na sociedade os parâmetros da educação higiênica.



Capa da revista “Archivos de Assistência á Infância” – 1903 v.2 nº 10,11 e 12

Acervo: NIPHEI/UERJ (digitalizada)

Moncorvo Filho defendia a existência de publicações, como a revista, voltadas para a instrução das famílias deserdadas da sorte. Uma vez que, ele acreditava que o problema da mortalidade infantil estava associado à ignorância higiênica que predominava na época, entendia que as publicações era um meio de educar, instruir e promover os parâmetros higiênicos para a sociedade, visando a cruzada em prol da higiene.(Camara, 2008, p.4).

Sendo assim, reconhecia o compromisso do médico nesta missão de civilidade (Marques, 2000, p.37) implementando uma série de iniciativas voltadas para a proteção da criança. Os cursos populares realizados em 1914 e 1915 promovido pelo IPAI e dirigido pelo próprio Moncorvo, também publicado na revista no ano de 1917. “Tencionou atuar sobre todas as mães, indicando-lhes os cuidados que deveriam dirigir à prole, bem como na sensibilização das senhoras da sociedade e dos homens de boa vontade sobre a importância de se realizar assistência científica as famílias abastadas” (Camara, 2008, p.6).

Durante o período de sua existência (1899 a 1939) o Instituto, bem como seus colaboradores estiveram antenados com os debates e com as iniciativas empreendidas pelos países civilizados. Sempre embasado nas iniciativas empreendidas nos exterior e adaptando-as para o caso do Brasil, em especial da capital da Republica á época, Moncorvo fez com que o Instituto fosse a

instituição de referência na época no que dizia respeito a dar assistência assim como higienizar a sociedade, sobretudo a classe desvalida da sorte. Com isso, o IPAI com auxílio de seus beneméritos e dos seus colaboradores, empreendeu uma série de serviços prestados; bem como os cursos populares, a distribuição de leite esterilizado, concursos de robustez, festas do Natal, do Ano Bom e Reis, distribuições de roupas e objetos, entre outros.

A figura feminina estava presente dentro do Instituto, “a participação da mulher na assistência era estabelecida numa linha de auxiliares da intervenção dos homens” (Kuhlmann, 1998, p.92). As esposas e parentes dos colaboradores do IPAI eram aliadas dos médicos na tarefa da assistência, segundo Kuhlmann (1998) um exemplo da presença da mulher em um cargo secundário na composição das associações, era as Damas da Assistência a Infância.

A Associação das Damas da Assistência a Infância foi fundada em 1906 e tinha um papel muito importante dentro do IPAI, pois os eventos bem como: os concursos de robustez, as festas do Natal, Ano Bom e Reis e as distribuições de roupas e objetos por elas promovidos reafirmavam o discurso da medicina e principalmente do ideário do Instituto. Que era o de promover a assistência à criança pobre através dos bons costumes da higiene, tudo pautado no poder do conhecimento científico.

A dedicação dessas mulheres era tão visível que quando Moncorvo junto com seus colaboradores decidiu criar a segunda seção do IPAI que era composta pela Creche Sra. Alfredo Pinto, deixa a carga à administração da creche as Damas da Assistência.

Creches e Jardins de Infância: modelo de intervenção assistencial à infância desvalida

Preservar a infancia da distruição a que a condemna o desamparo dos cuidados de que ella carece, é garantir á sociedade a permanencia e a sucessão das vidas que hão de ser sustentáculo da sua estabilidade e os elementos do seu progresso e engrandecimento.(Bocayuva apud Moncorvo Filho, 1927 p.150)

O discurso da criação de um espaço adequado para o atendimento a infância, sobretudo baseado nos preceitos médico-higienista, ganha força devido a preocupação por parte dos médicos com a questão da higienização que é proposta para essa população visando uma sociedade civilizada onde a escola assume um papel importante nesse processo.

Neste sentido, o ambiente escolar serviria de modelo de higiene, sendo copiado para o ambiente doméstico, onde a formação dos hábitos aconteceria no ambiente escolar através das práticas dos hábitos sadios nas crianças. Para os médicos higienistas a escola, como salienta Marques (1994, p. 100), seria o centro irradiador do disciplinamento, porque caberia a ela a “tarefa de

manipular os corpos modelando-os, treinando-os para a obediência e para a utilidade, por meio de inúmeros regulamentos e inspeções que tratavam desde a postura até o esquadramento do universo a ser atingido[...]”, assumindo essa visão de escola modeladora, objetivando segundo Foucault (2002) o corpo saudável. Nessa perspectiva, a escola assumiu esse papel de vigiar esses sujeitos, logo, esses corpos inseridos nesse contexto e os médicos assumem o papel da polícia que puni aquele que estiver fora dos padrões normais.

Envolvido na missão de civilizar a população, sobretudo a infância, com propósito de regenerar a raça encontram através da educação a promoção da saúde. A escola deveria formar a ordem e disciplinar, a missão de civilidade começaria a ser destinada para a escola (Marques, 2000) onde está difundiria as normas empreendidas pela puericultura embasadas pela concepção de higiene defendida pelo movimento médico, pois uma vez inserido no contexto escolar a criança aprenderia as normas de higiene passando assim para o seu convívio doméstico.

A ideia de regenerar pela educação é a melhor forma de instruir o povo para que alcancem o objetivo da civilização se daria através dos conhecimentos e da disciplina aprendidos na escola. Porque os médicos puericultores e eugenistas acreditavam que para conquistar a cidadania era preciso conhecer as normas de higiene, pois somente conhecendo poderia progredir e vencer fazendo assim um país civilizado e vitorioso.

Neste intento, o Instituto de Proteção de Assistência à Infância do Rio de Janeiro traz já em seu programa geral a intenção da criação de uma creche como sinalizava Moncorvo Filho (1902) “criação de pequenos asilos de maternidade para recolher as mulheres pejudicadas, nos últimos meses de gravidez: a de creches para receber e alimentar durante o dia as crianças menos de 2 anos, enquanto suas mães se entregam aos trabalhos habituais, de jardins de infância, etc., etc.”

Partindo dessa premissa o IPAI baseou-se em dados estatísticos sobre o número de mães proletárias grávidas que eram assistidas pelo Instituto, desde o período intra-uterino e após esse período, defendia a necessidade de uma intervenção médica baseada nos rigores da higiene moderna e das exigências da filantropia à época.

Inaugura em 20 de Junho de 1908 a Creche Senhora Alfredo Pinto, nomeando para a direção a D. Adelaide Maciel Vieira de Mello, então presidente da Associação das Damas da Assistência à Infância. Embora a direção científica da Creche estivesse a cargo do Dr. Moncorvo e seu auxiliar Dr. Jayme Quartin Pinto. Em homenagem ao chefe de polícia da capital Doutor Alfredo Pinto Vieira de Mello um dos “maiores protetores da infância desvalida” (Arquivos de Assistência à Infância, 1913, matéria publicada pelo Correio da Manhã) a creche recebeu seu nome e foi inaugurada na data de seu aniversário, sendo assim tornando-se a primeira creche popular da capital. Moncorvo apresenta a proposta de sua criação em um discurso proferido no dia 16 de Junho de 1908 em uma sessão do conselho administrativo do mesmo Instituto, sendo assim

A ideia dessa criação resolvida em Sessão do Conselho Administrativo daquele “Instituto” por proposta nossa no dia do aniversário do então Presidente General Serzedello Corrêa, teve pronta execução e, ainda por proposta nossa, foi dado o nome, ao novo departamento, da pranteada e benemerita Sra. Alfredo Pinto, então prestimosa Presidente da Associação das Damas de Assistência à Infância”, sendo marcada a inauguração justamente para a data do aniversário do Dr. Alfredo Pinto, nessa ocasião Chefe de Polícia.[...] Como elemento histórico fica aqui registrado que a Sra.D.Adalina Lopes Vieira ,Benemerita do nosso “Instituto”, embora fosse grande a dedicação a esta consagrada, entendeu dever fundar uma outra associação—“das Crianças Brasileiras”, cujo intuito seria a fundação de “creches”.Atravez de muitos anos de improficua labuta essa associação veio em 1908, a fundir com o "Patronato de Menores”, então fundado pelo Desembargador Nabuco de Abreu e que alguns dias depois da inauguração da" Crèche Sra. Alfredo Pinto" abria também as portas de uma "Crèche" instalada então em São Cristovão. (Moncorvo Filho, 1926, p..177-178)

Sua estrutura era subdividida em duas salas, onde a primeira era direcionada a Direção dessa seção e a segunda destinada ao atendimento às crianças. Nesta seção eram assistidas crianças recém nascidas até a faixa etária de dois anos de idade, já na sua inauguração dispunha de 10 leitos.

No discurso proferido pelo Moncorvo na alocução da inauguração do edifício do IPAI do Rio de Janeiro, salienta a importância em se expandir a instituição de caráter similar ao da creche, segundo ele é lamentável que uma capital com cerca de um milhão de pessoas não possuíssem nenhum estabelecimento como a creche. Acredita que iniciativa empreendida pelo IPAI mobilize a propagação e multiplicação por todas as partes do Rio de Janeiro esta instituição para que pudesse atender cerca de 30.000 mulheres proletárias famulas.

Nesse sentido, educar a população era vista como caminho único para a ordem, o progresso e a civilização. Entendiam então que através da educação teria que promover a saúde, sendo assim estratégias deveriam ser utilizadas pelos médicos para divulgar e propagar os seus projetos higienistas civilizatórios.

Mobilizados pelo movimento de instituir espaços no qual estivessem dentro do padrão higiênico, assegurados pelas normas geridas e criadas pelo campo médico higienista. Todavia, preocupados com a necessidade da criação de mais instituições para a infância, sobretudo pobre, que oferecessem esse serviço.

A par desse movimento, o Estado foi convocado como instância “responsável” por gerir, governar e prever a vida dos indivíduos, promovendo ações direcionadas a organizar a sociedade por meio de uma atuação esclarecida e racional advinda com a ciência.

Logo em 15 de Outubro de 1909 criou o jardim de infância Campos Salles, advindo de uma iniciativa do IPAI, porém fundado pelo prefeito do Distrito Federal Serzedello Corrêa. Uma instituição pública construída em prédio próprio. Que compunha a malha assistencial conduzida pelo saber médico no que se refere as instituições destinada à infância, tendo em vista que essa atenderia crianças de 3 a 7 anos.

Porque era na escola que a propagação dos bons hábitos era realizada, a instituição de ensino (escola, creche, jardins de infância) surge com esse caráter de ser um dos principais meios de se aprender os hábitos higiênicos, uma vez que por ela “todos” passariam. O meio escolar foi perspectivado como um importante elemento de “rivigoramento físico da raça”, como espaço de assimilação de valores e hábitos sadios pelas crianças [...] (Camara, 2013, p.77).

Contudo, os esforços empreendidos pelos médicos colaborados do IPAI na montagem e manutenção do projeto de instruir a população com relação aos bons hábitos de higiene uma vez que a mesma vivia acometida no início do século XX por questões de: insalubridade, doenças, epidemias, mortalidade infantil, abandono de crianças em asilos, dentre outros. Esse movimento surtiu um efeito bastante positivo, principalmente no que tange a mudança dos hábitos da população. Além da contribuição que trouxe ao país na criação de instituições voltadas a infância pobre, assim como outros serviços que foram criados para garantir o seu sucesso. Como por exemplo, a implementação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar do Distrito Federal criado em 1910 pelo então prefeito Serzedello Corrêa, atuando de forma profilática, identificando e prescrevendo tratamento adequado às crianças portadoras de doenças na escola (Camara, 2013, p.76). Formada por uma comissão de médicos que atuavam também nos Dispensários do IPAI. Percebiam o seu papel (médico) como vocação, como missão na transformação da sociedade.

"Esta missão é grandiosa, belíssima, porém muito delicada. Pessoas colocadas em condições especiais, como por exemplo, os médicos e em particular os médicos de estabelecimentos filantropicos dispõem de recursos para concorrer grande Obra do melhoramento da classe indigente" (Bocayua apud Moncorvo Filho, 1927, p. 146).

Bibliografia

CAMARA, Sônia. Em “*Prol dos Pequenininos*”: *O Instituto de Proteção e Assistência à Infância como instância educativa e eugênica da família e da criança*. Texto digitado ANPUH/MG 2008)

_____, Sônia. *Os “Archivos de Assistência” e a Medicalização da Infância Desvalida nas Primeiras Décadas do Brasil Republicano*. (Anais do Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americano, 2009)

_____, Sônia. *Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho*. In: *Revista brasileira de história da educação* v.13, n.3. Campinas, 2013, p. 57-85

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 4ª ed, 1999.

MARQUES, Vera Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1994.

MARQUES, Marília Bernardes. *Discursos médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2000.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico de Protecção á Infancia no Brasil 1500-1922*. Rio de Janeiro. Ed. Paulo Pongetti & Cia. 2ªed, 1927.

_____, Arthur. *Alocução por ocasião da inauguração do edificio do Instituto de Protecção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Paulo Pongetti & Cia, 1931.

KUHLMANN JUNIOR, Moyses. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Períodico Archivos de Assistência a Infância: Programa geral. 1902 v.1 e Algumas palavras de apresentação de Nascimento Gurgel, 1913 n.4.